

Programa de aceleração do crescimento - PAC das cidades históricas – um olhar para Jaguarão

Larissa Bitar Duarte - Bolsista Integral – CAPES / Larissa.bitar@gmail.com
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) – FACCAT – Taquara
– RS – Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar analisar e discutir o PAC- Cidades Históricas, como uma política pública para a Cultura. O PAC Cidades Históricas, caracteriza-se comouma Política Pública para a conservação do patrimônio histórico e cultural das cidades e constitui-se como necessária e positiva para o desenvolvimento e conservação do Patrimônio Histórico cultural do município de Jaguarão no Rio Grande do Sul/Brasil. Para realização desta pesquisa, foram utilizados como método os estudos bibliográficos com pesquisas documentais, e com uma análise comparativa entre o PAC- Cidades Históricas e a participação de Jaguarão nessa Política Pública.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Paisagem Cultural; Jaguarão; PAC – Cidades Históricas.

Introdução

Este trabalho pretende fazer uma análise das ações que compõe as atividades do Programa Federal PAC Cidades Históricas, que contribui para uma Educação Patrimonial, conservando a paisagem cultural e seus impactos na arquitetura e na cultura local, onde se propõe uma abordagem no conjunto arquitetônico, histórico e paisagístico, tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (Prefeitura Municipal de Jaguarão, 2015), com forte influência na construção da história do estado do Rio Grande do Sul. O programa PAC-Cidades Históricas será analisado neste artigo através da análise da legislação sobre o tema e no contexto da prática, utilizaremos como exemplo, o caso do município de Jaguarão no Rio Grande do Sul-Brasil.

Para realização desta pesquisa, serão utilizados como método os estudos bibliográficos com pesquisas documentais e uma análise comparativa entre o PAC- Cidades Históricas e a participação e andamento das obras na cidade de Jaguarão como inserção nas Políticas Públicas.

Jaguarão e seu contexto

O município de Jaguarão está situado na região sul do estado gaúcho, na zona fisiográfica da Encosta do Sudeste. Sua altitude é de 11 metros acima do nível do mar, com área total de 2054 m², latitude de 32°33'58'' sul e longitude de 53°22'33'' oeste. (Prefeitura Municipal Jaguarão, 2015).

Fazendo limite ao norte com os territórios de Arroio Grande e Herval, ao leste com a Lagoa Mirim e ao sul e ao oeste com República Oriental do Uruguai, é ainda integrante darota do MERCOSUL, ligando Porto Alegre a Montevideu pelo menor caminho. Possui mais de 28 mil habitantes de acordo com os dados estimados pelo IBGE do ano de 2014 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015).

A Bacia Litorânea, da qual faz parte o Rio Jaguarão, pertence à região Hidrográfica do Litoral ou das Bacias Litorâneas. Ela está localizada na porção leste e sul do Rio Grande do Sul, ocupando uma superfície de aproximadamente 53 mil km² (20,11% do estado) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015).

As bacias dos rios Piratini, São Gonçalo e rio Jaguarão são fontes hídricas de abastecimento da cidade, sendo o Rio Jaguarão o principal rio do município delimitando a fronteira entre Brasil e Uruguai. O clima do município é temperado e salubre. Os ventos dominantes sopram do sudeste e nordeste. O inverno e a primavera são as estações mais ventosas e entre os ventos característicos temos o chamado “Minuano”, extremamente frio e geralmente seco. Também as geadas são frequentes no município nos meses de junho, julho e agosto (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015).

A região é relativamente plana, com áreas mais acidentadas, mas com solos bem irrigados e férteis. A característica original do traçado urbano se dá por uma linha regular e homogênea que faz parte da conservação da área central da cidade e do seu entorno.

O PAC – Processo de Aceleração do Crescimento

Em 2007, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2008) foi criado o programa de aceleração do Crescimento, chamado PAC. Esse programa que tem início, meio e fim, promovendo a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Idealizado como um planoestratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e

elevou o investimento público e privado em obras fundamentais (Processo de Aceleração do Crescimento, 2015).

Em 2011, o PAC entrou em sua segunda fase, tendo o mesmo pensamento estratégico, porém aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior contando com mais recursos e parcerias com estados e municípios com a principal finalidade de melhora na qualidade de vida nas cidades brasileiras (Processo de Aceleração do Crescimento, 2015).

O PAC2 (Programa em sua 2ª fase) Cidades Históricas é uma continuação do governo federal no exercício da Presidente Dilma Rousseff que contempla seu patrimônio em desenvolvimento pela cidadania em ações intergovernamentais articuladas com a sociedade para a preservação do patrimônio brasileiro, valorizando a cultura e promovendo o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos (Processo de Aceleração do Crescimento, 2015).

A partir do incremento das políticas culturais em nosso país o programa tornou-se uma importante conquista com resultados significativos obtidos com o incremento deste, em especial a implantação do Programa Monumenta que promoveu impactos positivos beneficiando 26 municípios. O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura, e seu principal objetivo é inovar e recuperar a preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social (Instituto do Patrimônio Artístico Cultural/Bahia, 2015). O PAC - *Cidades Históricas* tem como objetivo ampliar a abrangência da estratégia do desenvolvimento conservando imóveis tombados, recuperando as edificações destinadas a atividades que favoreçam os sítios históricos, posicionando o patrimônio como eixo estruturante e indutor.

Inicialmente atua em 44 cidades de 20 estados da Federação, dispondo de um total de 1,9 bilhões de reais até o ano de 2015. Sendo R\$ 1,6 bilhões para as obras públicas e R\$ 300 milhões para uma linha de crédito para proprietários de imóveis de cidades tombadas pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (Processo de Aceleração do Crescimento, 2015). A ideia do PAC – *Cidades Históricas* busca a promoção do patrimônio cultural, o desenvolvimento econômico social dando suporte as cadeias produtivas locais, a restauração de monumentos protegidos e a recuperação e revitalização das cidades.

Sendo o Município Jaguarão uma cidade histórica com um acervo esplendoroso conservado nas construções que datam da metade do século XIX, existem mais de 800 prédios catalogados na Prefeitura Municipal de Jaguarão por suas fachadas e muitos deles tombados pelo IPHAN que conservam vários estilos arquitetônicos onde predomina as belezas dos portais, obras artesanais de ramo primor, confeccionadas por um artesão local, todas talhadas

em madeira com estilo português, sua arquitetura em estilo eclético que datam de 1876 e de 1920 com frisos e marquises opoentes (Leoti, 2014).

Com todo patrimônio reunido pelo município à cidade se inclui entre as 44 contempladas no programa federal (PAC - Cidades Históricas). De acordo com a pesquisa do IPHAN serão restaurados 11 prédios de suma importância para o município e a federação, que resgatem a memória, a identidade dos valores culturais do município que fazem parte da história do Rio Grande do Sul (Prefeitura Municipal de Jaguarão, 2014). São eles: Prefeitura Municipal de Jaguarão, Centro de interpretação do Pampa – Enfermaria Militar, Teatro Esperança, Igreja Matriz do Divino Espirito Santo, Mercado Público Municipal, Antigo Fórum – Atual Casa de Cultura de Jaguarão, Prédio da antiga Inspetoria Veterinária, Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras, Clube Jaguareense, Clube Social dos Negros 24 de Agosto e Cine Regente.

Desenvolvimento e Políticas Públicas

Partindo do entendimento do que é Patrimônio Cultural, da sua importância e de seu valor para a humanidade, do sentido que o IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional, aborda a preservação e conservação das riquezas de Jaguarão no seu tombamento, o Programa de Políticas Públicas do Governo Federal PAC-Cidades Históricas vem dando importância desse conhecimento para constituir o processo de desenvolvimento do município, através de aplicando recursos financeiros para recuperação da arquitetura e da história de Jaguarão e também incentivando a criação de novos projetos como, por exemplo, o museu do Pampa - Centro de Interpretação do Pampa (CIP), conhecido como antigas Ruínas da Enfermaria Militar.

Vivemos em uma sociedade onde os valores se diferenciam de acordo com as classes sociais, dependendo das aspirações que completam a necessidade de cada indivíduo. Neste contexto Rua (2009) afirma que as políticas públicas exercem o papel não pelo tamanho do seu agregado social, mas por suas características em função das ações e decisões perante o poder público. A integração da conservação do patrimônio com o planejamento urbano se torna imprescindível para atingir os objetivos da reabilitação e revitalização dos centros históricos. Starling (2012) relata que além de favorecerem a identificação do objeto das políticas públicas e as ações a serem empreendidos, os modelos de gestão devem ser vistos como narrativas que justificam as ações de intervenção realizadas sobre o patrimônio urbano e ambiental.

Baseado nos autores que colocam as políticas públicas de maneira essencial para o desenvolvimento da trajetória da conservação patrimonial, é possível fazer uma análise de cada autor relacionando o PAC 2 – Cidades Históricas- Jaguarão com os conceitos e os modelos de avaliação das políticas públicas.

Castriota (2009) diferenciou quatro modelos de gestão do patrimônio cultural: (a) “modelo tradicional ou de preservação”; (b) “conservação integrada”; (c) “reabilitação urbana” e (d) “governança deliberativa”, todos definidos a partir da articulação de algumas variáveis: (a) concepção de patrimônio cultural; (b) tipo de objeto; (c) marco legal; (d) atores envolvidos; (e) ações desempenhadas; (f) profissionais envolvidos; (g) beneficiários; (h) consumo de bens culturais.

Starling (2012) explana os conceitos de Castriota (2009) complementando que os modelos de gestão devem ser vistos como narrativas que justificam as ações de intervenção realizadas sobre o patrimônio urbano e ambiental. Os elementos diferenciadores desses modelos são as narrativas mobilizadas pelos diferentes atores (estado, iniciativa privada, cidadão, profissionais diversificados e gestores públicos) para justificar suas ações.

Ainda assim Rua (2009) apresenta uma análise de políticas públicas focando o conceito que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. Dentro desse conceito uma política pública corresponde a diversas ações selecionadas objetivando uma decisão a ser tomada.

Frey (2000) ao se referir sobre os estudos tradicionais sobre políticas públicas constata que esses estudos se limitam a um pequeno número de variáveis explicativas em consequência das dificuldades técnicas e organizativas. O autor afirma que a análise de fatores favoráveis e entraves bloqueadores de certos programas políticos, requerem uma concentração na investigação da vida interna dos processos políticos administrativos, cabendo então o direcionamento processual sobre os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas.

Ao concluir o estudo de políticas públicas traçando uma linha entre o contexto em geral e o PAC2 Cidades Históricas – Jaguarão, existe uma base de conteúdos que pode ser analisado partindo dos pressupostos dos autores citados que abordam a esfera de implementação de políticas públicas. Esse estudo sobre políticas públicas observa a existência de um “elo perdido”, que deveria estar situado entre a tomada de decisão e a avaliação dos resultados: que é a implementação.

O conjunto de ações realizadas por vários atores, sejam eles públicos ou privados direcionados para a efetivação de objetivos estabelecidos por decisões anteriores constitui essa implementação, dessa maneira esse conjunto de ações se resume em fazer uma política sair do papel e passar a ser uma ação.

De acordo com essa conclusão é possível dizer que o Programa de Aceleração do crescimento – Cidades Históricas Jaguarão, encaminha parte dele para a soma de resultados envolvendo diferentes níveis do governo federal, estadual e municipal com a participação dos diferentes setores tanto na organização quanto na implementação, pois de acordo com o Plano de Ação Para Cidades Históricas do Ministério Da Cultura – Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacionalos objetivos são: fortalecer a implantação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural; Promover a atuação integrada do setor público (em suas diversas instâncias), do setor privado e da sociedade nas Cidades Históricas; Definir estratégias para enfrentar problemas estruturais das Cidades Históricas e para promover o desenvolvimento local, a partir das potencialidades do patrimônio cultural; Orientar a priorização de investimentos no âmbito do planejamento integrado para o Patrimônio Cultural e definir ações e projetos estratégicos para as Cidades Históricas, onde três dos prédios estudados já estão em fase de conclusão gerando os resultados esperados. Os demais prédios estão em fase inicial de formulação de projetos e encaminhamentos burocráticos.

PAC Cidades Históricas – Jaguarão

O início de Jaguarão se deu em 1802 com um acampamento militar instalado as margens do Rio Jaguarão, uma guarda de 260 homens da esquadra do Cel. Manoel Marques de Souza chegou a na localidade do Serrito para formar a “Guarda da Lagoa e do Serrito” que mais tarde deu origem a cidade de Jaguarão (Prefeitura Municipal de Jaguarão, 2015). A lenda conta que nas margens do Rio Jaguarão vivia um jaguar, uma espécie de onça que convivia com os índios que aqui estavam por isso o nome indígena da cidade.

Em 1812 com a vitória dos portugueses sobre os espanhóis da Banda Oriental, a cidade foi conquistada para a colônia portuguesa. Já em 1832 Jaguarão passou a categoria de Vila, e em 23 de novembro de 1855 passou a ser Cidade de Jaguarão, com uma população de 6.000 habitantes entre portugueses, espanhóis e escravos, neste mesmo período foram distribuídos lotes de terras ao longo da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, assim seria garantido o limite entre o Brasil e Uruguai. Havia uma precariedade quanto à infraestrutura água, luz e esgoto, o transporte era precário, toda semana a cidade era abastecida pelos pipeiros. Algumas

residências as mais requintadas tinham cacimbas e algibes, e outras tinham lampiões, mas a lenha era escassa.

Jaguarão foi a 12^o cidade a ter a luz elétrica instalada, a partir de 1901 uma usina termoelétrica, comprada na França, conduzida em pequenos navios, serviu a comunidade Jaguareense até o ano de 1956 (Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, 2014).

Cidade berço de duras batalhas delas se fez a história e ergueu-se o patrimônio hoje preservado dando uma identidade e conservando a história para as gerações futuras. Eram diferenciadas pelos Maragatos dos Pica-paus por sua forte influência republicana, naquela época as cidades que faziam parte do estado do Rio Grande do Sul se dividiram durante a Revolução Farroupilha, os moradores mais ilustres da cidade, os líderes de opinião, possuíam casas inspiradas nos símbolos legalistas.

O irmão do General Bento Gonçalves da Silva o Manoel Bento Gonçalves presidiu a casa hoje chamada de Câmara de Vereadores, onde teve o primeiro contato com as causas republicanas na Revolução Farroupilha. Várias reuniões aconteceram em Jaguarão, elas aconteciam nas escondidas da noite na Loja Maçônica Luz Transatlântica para tratar do futuro do estado antes e durante a revolução Farroupilha. Com todo esse lastro de batalhas e história, guerras de forte influência econômica e política para o estado, que Jaguarão se torna influência na História Rio Grande do Sul (História do Rio Grande do Sul, 2015).

No período áureo da produção da pecuária e do charque no início do século XIX, a cidade iniciou construções com a arquitetura rica e que projeta a opulência nos prédios delicados, mas com ornamentos que demonstram riqueza e figuram a economia da época que era a lida no campo com a pecuária e o charque. Com esses fatos o IPHAN solicitou o tombamento como: Patrimônio Histórico Nacional, tendo como base o reconhecimento da influência dos processos sociais e econômicos no Brasil (Leoti, 2014).

Nesse contexto, mais tarde o IPHAN justifica o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão como uma necessidade de reconhecer como um capítulo da história do Brasil, que é contada pela fachada dos prédios reconhecidos como patrimônio nacional.

Tendo em vista, o potencial do patrimônio tombado em Jaguarão para o desenvolvimento local e da região destaca-se a importância de ações públicas como o PAC – Cidades Históricas para o desenvolvimento das potencialidades, no qual é um dos objetivos do PAC, envolvendo a comunidade como os empreendedores dos diversos setores, gastronomia, hotelaria, artesanato, transportes e enfim tudo que envolve o desenvolvimento da comunidade, assim explorando a paisagem cultural que é formada por patrimônios culturais que nos transmitem a história e a cultura de Jaguarão (Leoti, 2014).

Projetos de desenvolvimento e preservação do Patrimônio Jaguareense

Em 1980 Jaguarão sofre um processo de investimentos com a intenção de proteger e identificar o patrimônio cultural inserido no município. Com essa necessidade foi criado em 1982 uma parceria, mapeando os prédios com importância arquitetônica e histórica da cidade pelo IPHAN, Prefeitura Municipal de Jaguarão e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade de Pelotas (UFPEL) (Leoti, 2014).

Em 1987 é desenvolvido o inventário do Patrimônio Arquitetônico de Jaguarão pelo IPHAN a partir do Projeto Jaguar. Esse projeto criado em 1982, pelos arquitetos Valdo Dutra Alves Nunes e Jorge Arismendi Garcia, tendo como objetivo conservar e manter as características das construções físicas da comunidade; estimular e estabelecer um centro de criação; estimular e criar um camping organizado oficial da região; estabelecer a memória comunitária; Estabelecer um trabalho de registro dos caracteres geográficos e ecológicos da região; transformar a região de jaguarão em polo efetivo de atrativo cultural e turístico, e este então usado como referencia, e em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas e o IPHAN. (Prefeitura Municipal de Jaguarão, 1982)

Em 1992 o IPHAN elaborou o Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão e a organização do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão (PRIJ). O IPHAN afirma que o Dossiê de Jaguarão é uma dos mais extensos bem preservados conjuntos arquitetônicos do Brasil, o Tombamento deu-se nos anos de 2009 e 2010, pela portaria nº 84, de 22 de junho de 2012 (Leoti, 2014).

Junto ao Dossiê de Tombamento no ano de 2009 o município é assistido pelo Programa de Aceleração do Crescimento PAC Cidades Histórico, recebendo investimentos do programa interministerial e federativo, criado para articular ações de preservação do patrimônio cultural.

Em 2013 o município recebeu o valor de R\$ 40,3 milhões de reais para a execução de onze projetos em Jaguarão: Finalização da restauração da Antiga Enfermaria Militar – Centro de Interpretação do Pampa – UNIPAMPA; Finalização da restauração do Teatro Esperança; Restauros: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo; Mercado Público; Antigo Fórum – Casa de Cultura; Antiga Inspeção Veterinária; Casarão da Prefeitura Municipal; Casarão do Clube Jaguareense; Casarão do Clube 24 de Agosto; Cine Regente e requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras (Leoti, 2014).

Os lugares de memória da cidade

A Prefeitura Municipal de Jaguarão foi construída no início do século XX, pois possivelmente em 1936 com a adesão ao Gen. Bento Gonçalves da Silva, em comemoração a Proclamação da República do Piratini durante a Revolução Farroupilha. Por volta de 1905 sofre uma reforma adquirindo as características atuais. No período do império e república velha, funcionou como intendência, e a partir de 1930 passou a ser prefeitura quando Getúlio Vargas tomou o poder da República. Atualmente prefeitura e ainda abrigando várias secretarias municipais.

A Enfermaria Militar começou a ser construída em 1880 e teve seu término em 1883, no alto do Cerro da Pólvora, de onde se pode ver uma das paisagens mais bonitas da cidade e o rio. Além de funcionar como Enfermaria Militar, que atendia a oficinas e praças da região, o prédio, por estar no ponto mais alto da cidade, serviu como posto de vigia da fronteira nacional, por permitir a observação privilegiada do território vizinho, o Uruguai. Posteriormente serviu também como prisão política e, com o abandono do prédio, foi gerado um rápido processo de deterioração, que o levou ao estado de ruína, por isso o nome Ruínas da Enfermaria.

Em 1887 inicia-se a construção de um dos maiores teatros do Brasil – O Teatro Esperança -, dez anos depois foi inaugurada a grande Casa de Espetáculos. O famoso construtor da época Martinho de Oliveira Braga foi o que comandou o empreendimento com a parceria do Gustavo Guimarães que trabalhava nobremente em artesanato em madeira.

Já a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo começou a ser construída em 1847 levando 28 anos para a sua conclusão. Possui um grande acervo de imagens sacras, mobiliário e um amplo acervo documental, relacionado à história das antigas irmandades, com grande importância histórica, arquitetônica e artística, concentra altares de madeira esculpidos à mão, um parlatório em mármore de carrara e belíssimos vitrais que contam a história de Cristo destacam-se como um dos raros templos católicos na região sul conservando seu aspecto original e linhas gerais, tanto internas e externas, com grande valor histórico (Soares, 2011).

O Mercado Público Municipal teve sua construção iniciada em 1864 e finalizada em 1867, junto à antiga Praça do Comércio, em frente à área do cais, tinha como propósito de escoar os produtos aportados no rio Jaguarão, vindos dos mais diversos lugares, promovendo a comercialização de peixes demais gêneros alimentícios de produção local. Seu estilo colonial português com lindas figueiras ao redor que possuem em seus troncos argolas que na época da escravidão serviram para acorrentar os negros para serem vendidos na feira junto com os alimentos, é tombado como patrimônio histórico do RS e faz parte do conjunto histórico e paisagístico da cidade. Tombado pela União seu processo de restauro pelo PAC-

Cidades Históricas começou há quase um ano, depois de passar pelos critérios de análise do IPHAN ainda não foi definido o que vai abrigar esta edificação (Prefeitura Municipal de Jaguarão, 2015).

Outro lugar de destaque é o Antigo Fórum – Atual Casa de Cultura de Jaguarão. Situado no miolo arquitetônico de Jaguarão que configura o entorno da Praça Dr. Alcides Marques, considerado pelo estado gaúcho uma das relíquias arquitetônicas do Rio Grande do Sul, abriga desde o ano de 1996 a Casa de Cultura Pompilho Neves de Freitas, ilustre morador Jaguarense, já falecido, é considerado um dos grandes carnavalesco com seus desenhos de fantasias de luxo premiadas em todo o Brasil, a casa promovendo diversas atividades culturais como: oficinas, mostras e exposições de arte.

Seu primeiro uso foi no século XIX como residência, passando nos primeiros anos do século XX a abrigar um educandário ligado á ordens religiosas, logo após em 1994 passou a ser sede do Poder Judiciário e funcionava como fórum da Comarca de Jaguarão (Prefeitura Municipal de Jaguarão, 2015).

Observando o Prédio da antiga Inspeção Veterinária percebemos que por possuir linguagem eclética, acredita-se que o prédio é datado do início do século XX, por apresentar uma estrutura com corredor central, construção de porte médio, porão alto, utilizado para ser residência. Situa-se na Rua Mal. Deodoro e atualmente encontra-se fechado.

Local do antigo depósito de material bélico do Exército – a Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras- leva o nome em memória ao consagrado médico e político jaguarense, também se chamou Independência e Praça 13 de Maio, nela estão instalados vários monumentos artísticos, está em frente à Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e, por isso, é denominada popularmente de Praça da Matriz (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2015).

Também o Clube Jaguarense, datado da metade do século XIX, foi visitado pelo Conde D'Eu, onde foi oferecida uma monumental festa a sua comitiva. O Clube Cassino e o Clube Jaguarense passaram por uma fusão em setembro de 1888, durante o acontecimento do Baile que consagraria a união, aconteceu uma divergência entre seus associados. o que a rigor representava toda uma postura política mais ou menos conservadora de ambos lados: os “jaguarenses”, mais conservadores, se incompatibilizavam com “cassinenses” mais liberados das tradições (Martins, 2002). Outro Clube, o Clube Social dos Negros 24 de Agosto, foi criado em 1918 e, embora sendo uma agremiação da comunidade negra, sempre acolheu todos os excluídos, brancos ou negros. O Cine Regente é outro lugar de memória da cidade, tendo seu prédio datado de 1957, um dos poucos cinemas de calçada. Descrição da intervenção: contratação de projeto executivo e restauro.

Conclusão

Trilhando o século XX, o território do patrimônio se alarga com a inclusão de novos bens, com expressões de diversos estilos arquitetônicos, com representações e manifestações culturais de interesse de preservação, tendo por si critérios históricos e estilistas, juntamente com a preocupação com o entorno, a ambiência e o significado do patrimônio cultural. O estado surge como facilitador deste processo, promovendo o desenvolvimento através de Programas Federais que contribuem para as estruturas econômicas, sociais e políticas.

Dentro deste contexto surgem os principais modelos de gestão do patrimônio público, onde possuem uma importância fundamental, favorecendo o bem estar da sociedade, sendo assim é essencial o entendimento da sistematização, da formulação, da implementação e da avaliação da política pública. Analisando todo o contexto do estudo acima, foi fácil identificar a relação do Programa PAC2 Cidades Históricas – Programa de Aceleração do Crescimento com a riqueza do patrimônio que o município de Jaguarão possui e que está sendo valorizado e recuperado dentro de um viés de desenvolvimento, da geração de empregos, beneficiando o turismo a ser explorado e protegendo e consagrando o patrimônio local da arquitetura e da história do Rio Grande do Sul.

Os vários modelos de gestão de políticas públicas do patrimônio cultural envolvem atores, profissionais, beneficiários, políticos, arquitetos, historiadores contribuindo para a ampliação integrada dos setores público, privados, educacionais e da sociedade.

Concluindo este trabalho podemos afirmar que o PAC – Cidades Históricas do Governo Federal contemplou o Município de Jaguarão protegendo os bens culturais dentro de uma intervenção política com benefícios privados, assim com processo de implementação do programa que deu continuidade ao tombamento do IPHAN propondo a conservação do conjunto histórico e paisagístico, fazendo com que a comunidade destaque a importância da participação deliberativa dos atores nos processos de decisão relativos às políticas públicas.

Lembrando as palavras de Aloísio Magalhães “(...) Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece”. (...) Estas palavras fazem parte do cotidiano da comunidade Jaguareense que entre si, através de uma prática contínua de envolvimento, esse processo passa a existir do momento em que o projeto Jaguar atua como turismo, sendo uma atividade econômica e social até os dias de hoje.

Referências

CASTRIOTA, L. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

FREY, K. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Publicas. n. 21. Junho, 2000.

História do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://turma12historia.blogspot.com.br/2006/10/historia-de-jaguarao.html> > Acesso em: 10 de fevereiro, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > Acesso em: 10 de fevereiro, 2015.

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Caderno Jaguarenses. Vol. 6. 2014.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17776&retorno=paginaIphan> > Acesso em: 10 de fevereiro, 2015.

Instituto do Patrimônio Artístico Cultural/Bahia. Disponível em:<<http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta> > Acesso em: 10 de fevereiro, 2015.

LEOTI, A. **Dossiê do tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão/RS e seus reflexos na paisagem cultural**. 3º Colóquio Ibero-Americano paisagem Cultural Patrimonio e Projeto – Desafios e perspectivas. Belo Horizonte, 2014.

MARTINS, R. D. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas) – Universidade Politécnica da Catalunha. 2002.

Processo de aceleração do crescimento. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/>> Acesso em: 10 de fevereiro, 2015.

Prefeitura Municipal de Jaguarão. Disponível em: < <http://www.jaguarao.rs.gov.br/>> Acesso em: 10 de fevereiro, 2015.

Prefeitura Municipal de Jaguarão. Gabinete. Ofício nº 39 /2014. Jaguarão, Maio, 2014.

Prefeitura Municipal de Jaguarão. Projeto Jaguar – Estudo Preliminar. Jaguarão, maio, 1982.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Departamento de ciência da administração/UFSC .p. 130, 2009.

SOARES, E. A. S. **Igreja Matriz do Divino Espirito Santo da cidade de Jaguarão**, Porto Alegre, 2011.

STARLING, M. **Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural**. Políticas culturais em Revista, Vol 3, n.1, 2012.